

O MOVIMENTO DOS GERAIZEIROS E A LUTA PELA TERRA NO ALTO RIO PARDO¹

FABIANO ROSA DE MAGALHÃES
ROGÉRIO ALVES DE AMORIM

RESUMO *Este artigo analisa aspectos associados à luta pela terra no Alto do Rio Pardo, região norte de Minas. O ponto de partida foi a organização de cerca de 70 famílias dos municípios de Novorizonte-MG e Fruta de Leite-MG, atingidas por um processo de grilagem de terras. A partir de tal organização as famílias passam a conhecer comunidades tradicionais geraizeiras que se organizam em torno de suas demandas específicas, mas que, no conjunto vêem-se ligadas pelas questões comuns: a defesa pelo direito territorial e a luta contra o modelo empresarial de apropriação da terra representadas pela monocultura de eucalipto e a mineração.*

PALAVRAS - CHAVE *Geraizeiros, monocultura, comunidades tradicionais.*

ABSTRACT *This article examines aspects in the fight for land in Alto Rio Pardo, north of Minas. The starting point was the organization of about 70 families in the municipalities of Novorizonte-MG and Fruta de Leite-MG, hit by a land grabbing process. This organization leads them to know that traditional communities geraizeiras are organized around their specific demands, but that on the whole find themselves linked by common issues: the defense of the territorial rights and the fight against the business model of land ownership represented by monoculture eucalyptus and mining.*

KEYWORDS *Geraizeiros, monoculture, traditional communities.*

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia em 10 a 13 de setembro de 2013, Salvador (BA). As informações aqui contidas estão baseadas nos dados de uma pesquisa que vem sendo realizada pelo Núcleo de Estudos Rurais – IFNMG-Campus Salinas, junto às comunidades geraizeiras do Alto do Rio Pardo.

INTRODUÇÃO

Região do Alto do Rio Pardo fica no norte de Minas e compreende 15 municípios, a saber: Curral de Dentro, Fruta de Leite, Indaiabira, Rio Pardo de Minas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, Berizal, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rubelita, Salinas, São João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo²; e é marcada intensamente pela presença de imensos maciços da monocultura de eucalipto.

² As informações quanto à composição das regiões podem ser verificadas no Sistema de Informações Territoriais (BRASIL, 2012).

A região vem sendo palco de diversos conflitos envolvendo as comunidades tradicionais e a perspectiva de utilização do solo que emergiram a partir dos anos de 1970, com a introdução da monocultura do eucalipto e, mais recentemente, com a chegada de empresas para extração de minério de ferro. Por se tratar de uma área com significativa presença de terras devolutas, tem sido também comum a disputa das comunidades contra a grilagem de terras. Outros conflitos também têm sido associados à mineração, por vezes conjugados com as questões da monocultura, havendo em alguns casos, a sobreposição de tensões.

Para o nosso trabalho, nos concentramos na construção da identidade dos geraizeiros a partir da organização de algumas famílias atingidas pela grilagem de terras nos municípios de Novorizonte e Fruta de Leite. Nossas análises são baseadas em alguns encontros do Movimento dos Geraizeiros realizados no ano de 2013, além de entrevistas realizadas em junho do mesmo ano com dois grupos focais compostos por pessoas cujas terras foram objeto da grilagem. As famílias prejudicadas moveram uma ação judicial e conseguiram recuperar as áreas em questão, além do bloqueio dos bens das pessoas e empresa envolvida. Por motivo de segurança, os nomes dos entrevistados serão substituídos por nomes fictícios.

Comunidades geraizeiras, por definição, são aquelas comunidades cuja identidade está extremamente associada ao cerrado, particularmente pensado numa associação entre as três

unidades integradas que compõem esse bioma: os gerais (parte alta), os tabuleiros (parte intermediária) e as veredas onde se encontram os terrenos úmidos, propícios para as atividades agrícolas (NOGUEIRA, 2009; DAYRELL, 1998). Para o geraizeiro, a dissociação dessas unidades constitui um dos seus problemas fundamentais.

A hipótese sustentada neste trabalho é de que a identidade geraizeira, conforme defendida pelas comunidades em questão, só tem sentido a partir do confronto com as práticas do outro, aqui representado pelas empresas de monocultura de eucalipto instaladas na região. Distanciando-nos um tanto de alguns trabalhos conduzidos a partir de uma linha identitária, percebemos que as comunidades geraizeiras apresentam similitudes e também particularidades com relação a outras comunidades tradicionais. O termo comunidade, em que pese o risco de conduzir a uma generalização que não serve à pesquisa social, merece ser tomado, sobretudo porque retrata bem o sentido de territorialidade e da busca do direito territorial almejado por aqueles que se denominam geraizeiros. Nesse sentido, reforça-se a dimensão coletiva pretendida por esse movimento, já que a retomada da terra – ou do seu território, para usar uma terminologia que passa a ser apropriada pelas comunidades – só tem sentido se for tomada a ideia de uma identidade que se quer reforçar.

Fugimos também do conceito de paisagem (ou a referência ambiental/geográfica), o qual tem sido, em alguns casos, erroneamente associado a algumas comunidades, como vazanteiros e geraizeiros. É preciso indicar que a categoria paisagem não é consensual em sociologia, além de conduzir-nos ao risco dos chamados determinismos geográficos, erro que cercou as ciências sociais no seu nascedouro. Dessa forma, entendemos que não é a paisagem que define o geraizeiro, mas sim a relação entre os homens e as mulheres em determinadas circunstâncias sócioambientais – e daí a paisagem, ou mais precisamente, o cerrado, constituir um elemento primordial. Assim, de modo

mais claro, não é o cerrado que define o geraizeiro, mas sim as relações entre geraizeiros que definirão o que é o cerrado, como possibilidade econômica e cultural.

Falar em geraizeiros indica uma construção de identidade. Nas entrevistas que realizamos nas comunidades, verificamos que essa identificação não é um fato que esteve sempre presente. Gostaríamos de considerar que essa identidade, a despeito de estar presente desde muito, por vezes de forma latente, começa a ser definida com mais vigor a partir do confronto com as empresas de monocultura de eucalipto, e, mais recentemente, com a mineração. Então podemos ver que essa identidade faz-se na oposição daquela produção hegemônica sobre os valores do campo, tendo a grande lavoura ou o agronegócio como o contraponto. Para o geraizeiro existir hoje, faz-se necessária uma ação política que passa, primeiramente, pela identificação do grupo enquanto tal. Portanto, o que importa aqui, mais do que levantar o sentido de ser geraizeiros, é perceber como os indivíduos passam a compor essa comunidade como um mecanismo de ação política.

O problema com uma sociologia que busca a conceituação identitária é exatamente esse, qual seja, não ater-se nas questões políticas que marcam a dinâmica da vida de um grupo. Quando os geraizeiros se reúnem e definem suas estratégias de ação, passam a tomar conhecimento de questões do âmbito da política.

GÊNESE DA QUESTÃO AGRÁRIA – PROBLEMAS INCONCLUSOS

A organização fundiária brasileira põe questões para se resolver desde a nossa matriz colonial. Conforme Martins (1998) e Costa (1999), a gênese da questão agrária no Brasil submeteu a estrutura fundiária à lógica da grande lavoura. Foi assim desde as Capitâneas Hereditárias, passando pelas sesmarias, até chegar à Lei de Terras, de 1850. Nesse momento, principiando as discussões sobre a libertação dos escravos, o sistema político

adiantou-se sobre a iminente libertação dos cativos, e envergou-se para o lado da organização latifundiária como área a ser privilegiada pela legislação. Martins (1998) esclarece bem esse momento, lembrando que a opção pela grande lavoura teve um vinco capitalista na sua origem. Era necessário impedir que os escravos e imigrantes tivessem acesso à terra e, assim, liberá-los ou desimpedi-los para se constituírem em mão-de-obra livre.

Isso posto, o país passou a regulamentar a terra. Nas palavras de Martins (1998), isso representou uma inversão da condição da terra, quando a situação do escravo estava também sendo alterada para a condição de homem livre. Nesse aspecto, diz o autor:

Num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa. No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do trabalhador e substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho (MARTINS, 1998, p. 32).

Com efeito, depois da libertação dos escravos, o acesso à terra somente seria possível pela compra. Tal ato estava interdito ao ex-escravo e ao imigrante, não do ponto de vista jurídico, mas dos pontos de vista político e econômico.

Essa herança é o fardo histórico que os setores excluídos da sociedade se viram obrigados a carregar. O mesmo que, vez por outra, vem assombrar feito fantasma a nossa história. É o que anunciou, num dos livros clássicos da sociologia brasileira, Florestan Fernandes (1975). Assim, pelo fato de termos combinado elementos conservadores (patrimonialismo) e modernos, ou seja, uma amálgama de elementos entre si contraditórios, a revolução burguesa no Brasil se deu como uma conciliação entre os setores

considerados modernos (liberalismo/industriais) e os setores conservadores (aristocracia agrária), destoando das típicas revoluções burguesas. Com isso, alguns problemas que poderiam ser resolvidos na origem foram postergados.

As impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo-vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subseqüentes, como não há uma ruptura definitiva com o passado, a cada passo esse se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço (...) (FERNANDES, 1975, p. 202).

³ Dayrell (2011) lembra diversos conflitos agrários no norte de Minas, a partir do Golpe de 1964. O golpe desencadeou diversas formas de violência contra as comunidades tradicionais.

A questão da terra é também o terreno irresoluto com que se defrontam as comunidades tradicionais do Alto do Rio Pardo³. O que observa-se é que tais comunidades vinham utilizando suas terras de uma forma muito próxima ao sistema comunal, tomando as áreas de cerrado, geralmente situadas nas partes mais altas, ou os chamados gerais, para o extrativismo e a criação de gado em sistema extensivo, *na solta* ou *à solta*, conforme termo corrente entre os grazeiros. A posse da terra era muitas vezes irregular, sem o registro do imóvel em cartório; quando era negociada, passava-se algum contrato, sem validade jurídica, o que contribuiu, mais tarde, para complicar a situação dos grazeiros.

De resto, o Estado quando chega nessas terras tidas como *confins* chega para repetir uma fórmula que já vinha sendo aplicada desde a Lei de Terras: potencializa ainda mais a apropriação da terra pela via do agronegócio e do latifúndio, muitas vezes expropriando aquelas terras que, embora fossem utilizadas tradicionalmente pelos grazeiros, não apresentavam a devida documentação.

A ação de grileiros tem terreno fértil nas condições assim definidas. Grilagem de terras é um assunto relativamente conhecido na região, conforme indicação dos grazeiros. No

esquema de grilagem, por vezes são os próprios agentes do Estado os autores dessas ações. Em certos casos, há um conluio entre empresas e agentes do Estado.

A propósito, é preciso contar a história pelo lado da resistência. De fato, a própria ocupação territorial das terras do sertão deve ser entendida como uma forma de resistência às condições naturais agrestes. A luta pela terra atingiu momentos cruciais em alguns momentos da história do Brasil. Nas glebas de sertão, um dos primeiros momentos foi a ocupação de territórios pelos indígenas. Em momento posterior, já em colonização portuguesa, tem-se a ocupação marcada pelas rotas de comércio de gado, atravessadas pelas frentes de ocupação que partiam do Nordeste em direção ao Sul.

No período de 1950/1960, as ligas camponesas colocavam em pauta a questão emergente da reforma agrária. O movimento alastrava-se como centelha, a partir de Pernambuco, causando uma preocupação crescente, sobretudo nas regiões consideradas ainda vazias, como era o caso dos gerais. Estávamos num momento em que o Brasil consolidava o seu processo de industrialização, mas que havia, mais uma vez, deixado de lado a latente questão da terra. Os jornais da época noticiavam constantes manifestações de camponeses que ocupavam as ruas das cidades como forma de dizer que a cidade precisava ouvir o grito dos excluídos da terra⁴. Destarte, os tensionamentos em torno da questão agrária atingiram um ponto crucial: ou se fazia a reforma agrária, conforme os partidários à esquerda defendiam, ou os grupos associados às elites econômicas dariam um golpe de Estado de forma a conter os ímpetos daqueles que demandavam por reformas⁵. E foi isso que realmente ocorreu.

Efetivado o golpe, foi necessário colocar em pauta um plano que fosse capaz de estancar as demandas camponesas. Era preciso pensar uma forma de ocupar o solo, retirando as ameaças de explosão dos conflitos agrários por parte dos camponeses sem terra, além de submeter a agricultura ao capital (IANNI, 1984). A solução encontrada foi aquilo que Gramsci denominou de

⁴ Em 1º de junho de 1963 foi deflagrada a greve nacional por reformas de base, que tinha como um dos principais motes a defesa de reforma agrária. Houve manifestações de rua em Belo Horizonte, bem como outras capitais (MAGALHÃES, 2008).

⁵ A propósito dos tensionamentos que ocorriam à época, Pereira (1988) relata em tom jornalístico-denúncia, mesclado com um tom ficcional, as desventuras dos camponeses em busca de sua terra na região do Vale do Rio Doce.

“revolução pelo alto”, isto é, o Estado agora buscaria desenvolver a agricultura de forma a submetê-la aos interesses do capital internacional e, por essa via, submeter o campo à cidade.

Devemos pensar, sobretudo, no papel do Estado na produção de uma regionalização “pelo alto” ou modernização conservadora. Francisco de Oliveira (1981) discute o papel dos governos militares na produção e no financiamento das condições para a ocupação do Oeste brasileiro. Coube ao Estado a função de tornar possível a ocupação das terras-dos-confins, conforme expressão de Ianni (1979). Seguindo as orientações da política militar, o estado de Minas Gerais buscou estimular um desenvolvimento intensivo e extensivo, agressivo e repressivo; intensivo com relação às regiões mais desenvolvidas, extensivo com relação às regiões vazias ou pouco exploradas para fins econômicos. Nesse sentido, as áreas situadas ao norte do estado de Minas seriam escolhidas para fornecerem matéria-prima para as indústrias siderúrgicas localizadas nas proximidades da capital mineira.

Há uma articulação entre a ocupação das regiões pouco exploradas e o fomento das regiões ao sul. Assim, Norte e Sul estão articulados num mesmo projeto, com o Sul desenvolvido e industrializado, importando mão-de-obra e produtos do setor primário das regiões ao norte, as regiões ditas “vazias”⁶.

Ianni (1979) referindo-se à expansão de atividades capitalistas na Amazônia, no período que vai de 1964 a 1978, indica que o Estado teve um papel essencial na produção de um espaço passível de ser aproveitado pela empresa capitalista. Assim diz ele,

A rigor, a criação e a expansão da empresa de extrativismo, agropecuária e mineração, da mesma forma que a política de demarcação e titulação das terras devolutas, tribais e ocupadas, ao lado da colonização dirigida, tudo isso expressa o processo mais ou menos amplo e intenso de expansão das relações capitalistas na região (IANNI, 1979, p. 55).

⁶ Gramsci (1987) considera a divisão política entre o sul (agrário) e o norte (industrial) da Itália como parte de uma mesma dinâmica, a despeito daqueles que tendem a ver o desenvolvimento pelo prisma do pioneirismo de algumas regiões ou setores da própria burguesia.

E acrescenta ainda sobre a participação do Estado ditatorial no sentido de beneficiar a grande empresa:

Na Amazônia, o aparelho estatal da ditadura é colocado a serviço da formação e expansão dos grandes negócios de terras, em prejuízo de comunidades indígenas, caboclos amazonenses, posseiros antigos ou recém-chegados. Toda terra devoluta, tribal ou ocupada é transformada em domínio de grileiros, latifundiários e empresários. Com frequência, essa expropriação de índios e camponeses é realizada com base na violência privada, pela jagunçagem. Às vezes, a violência privada e a estatal acham-se associadas. A terra é monopolizada, transformada em mercadoria, “reserva de valor”, latifúndio, fazenda, empresa (IANNI, 1979, p. 243).

Tais constatações podem ser também aplicadas à região do norte de Minas, ressalvadas suas especificidades. Para o autor, as atividades do governo ditatorial são seguidas pelos governos estaduais e até municipais. No caso de Minas Gerais, esse projeto conservador assumiu a forma de uma política específica para abrir as fronteiras agrícolas para as regiões de domínio do cerrado. E para realizar tal empreitada, criou-se a Ruralminas, uma agência estatal que tinha como função pavimentar o caminho para a submissão da agricultura à cidade. No bojo do projeto, estava o intuito de inserir uma modernização nas áreas então consideradas como atrasadas, entre elas o cerrado, que passou a ser qualificado como região pobre e que nada produzia. Na década de 1970, esse espaço foi classificado como passível de ser ocupado pela monocultura, o que, segundo discurso oficial, seria a possibilidade de levar a modernidade àquelas áreas e àquela gente.

Foi com esse intuito que se iniciaram os grandes projetos de exploração das terras do cerrado para o plantio de soja, nas regiões centrais do estado de Minas Gerais, e também a monocultura de

eucalipto, a partir das regiões centrais em direção ao norte do estado. Na esteira das políticas agrícolas estavam incutidos dois discursos. Um deles o de que as terras, sobretudo no norte do estado, não serviam para a agricultura, logo, com a introdução da monocultura de eucalipto aquelas terras estariam propícias a municiar o desenvolvimento das áreas centrais do estado, através do fornecimento de carvão para as siderurgias, tão necessárias ao desenvolvimento mineiro. O outro discurso veio em forma de uma promessa às comunidades tradicionais do norte do estado: promessa de geração de emprego.

Tanto a promessa quanto o discurso do progresso foram captados pelos entrevistados, muitos dos quais se lembram da chegada das empresas que vieram fazer os primeiros plantios de eucalipto na região. Muitos acreditaram nelas, alguns chegando inclusive a se encantar com o “correntão”⁷ derrubando as plantas características do cerrado.

⁷ O “correntão” é o termo que as comunidades rurais utilizam para se referir à técnica de se atrelar uma corrente de elos grandes a dois tratores de esteira, um de cada lado. Por onde os tratores passam vão arrancando tudo, indiscriminadamente, destruindo espécimes da flora e fauna.

Sr. José: Na verdade eles mandô um comprador de terra primeiro. Eles chegava aqui ne Gilso (...) Cê vai assiná um documento aqui (...) Vai ser muito bom procê. Aí chega um sem conhecimento (...) Chegava ne mim chegava no senhô, chegava na dona ali, nele, nele, nele. E assim eles fizeram. Conseguí assinatura desse povo tudo ai. Agora veio as máquina (...). Aí já veio as máquina arrebutano. Dois tratorão de esteira. Um correntão como daqui lá naquela outra casa, já dismatano e voltô, pôs o fogo. E falô pro povo: “panha a lenha procês”. Nêgo panhava caminhão de lenha pra vendê na cerâmica lá de Salinas (informação verbal).⁸

⁸ Entrevista realizada na comunidade de Martinópolis, no dia 6 de junho de 2013, grupo focal.

Outros se encantavam com os viveiros de mudas, que eram dispostas no viveiro de tal forma que davam uma ideia de jardim, tudo muito bonito.

(...) colocô aqui na Lagoinha. Colocô um vivêro ali ne Arlindo Santiago, no Bonfim. Eu conheci o vivêro. Cê acha aquele trem mais bonito do mundo moço. Cê tá doido! Aquele vivêro, aquele movimentão lá. Nêgo chegava babar: “oh, agora vai ficar bom mesmo!” (informação verbal).⁹

⁹ Entrevista concedida em 6 de junho de 2013, na Comunidade de Martinópolis, município de Fruta de Leite, grupo focal.

Mas não havia unanimidade nessa visão otimista. Alguns, já naquela época, não compravam a ideia. Senhor José lembra que havia um proprietário da região que considerava a chapada como uma “caixa d’água” que não deveria ser tocada. Alertava a comunidade sobre o risco que seria a introdução do eucalipto numa área que deveria ser preservada.

Sr. José: oh moço, pro povo naquela época foi bom demais. Mas não cunhecia coitados! Num teve uma EMATER pra orientá. Não teve um sindicato pra orientá o povo, que era errado. Só teve Jeremias de Novorizonte que falou. Jeremias não vendeu o [terreno] dele e falou assim: *o cavalo... enfeite do cavalo é o rabo. Se cortá o rabo do cavalo cabô o enfeite. O enfeite da cabeceira é a chapada.* Jeremias. (...). Foi lá pro sindicato de Salinas. Jeremias disse: “o enfeite da cabeceira do fundo lá embaixo é a chapada”. (...) Mas o mais achou que era bom. Seu Arlindo ali óh, dono de mais chapada, foi o primeiro a vender. Vizinho nosso, né Zina? (...) Num era vendê. Assinava um documento lá, recebia uma mixaria de dinheiro. Uns, eles fazia um binifício; dava arame, aquele arame liso pra cerca; otros eles fazia uma represinha, fazia uma estradinha e assim que foi o acesso (informação verbal, grifos nossos).¹⁰

¹⁰ Entrevista concedida em 6 de junho de 2013, na Comunidade de Martinópolis, município de Fruta de Leite, grupo focal.

Com efeito, com a monocultura instalada, as primeiras expectativas daqueles que estavam otimistas também foram se desmoronando, não duraram muito. Conforme relatos de nossos entrevistados, muitas pessoas começaram a vender suas terras e abandonar a região, rumo a outras regiões, geralmente

mais ao sul. E os problemas só foram aumentando. Com a consolidação das extensas áreas em monocultura, ao passar dos anos, as comunidades começaram a sofrer com a falta de água. Também sofreram com a perda de plantas do cerrado, das quais lembram-se com uma satisfação enorme. Muitos lembram que nos gerais havia o pequi, o panã, o rufão, a gabioba e outras espécies que as comunidades extraíam. Também aqueles que cultivavam suas lavouras sofreram bastante com a chegada do eucalipto, pois os animais que ali viviam, passaram a atacar as lavouras que os agricultores plantavam, já que não encontravam mais alimentos nas chapadas onde o eucalipto foi introduzido. Os geraizerios entrevistados também informaram que nas terras onde se cultiva o eucalipto nenhum outro tipo de planta cresce.

QUEM SÃO E O QUE QUEREM OS GERAIZEIROS?

gerais... aqui nós fala nossos gerais.... nas terras detrais... (...) eu entendo assim: geraizeiro é aquele que conhece a natureza dos gerais, as árvoes que nasce e cria e produz nos gerais.(...) e bebe também a planta que é de lá dos gerais. E conhece também a teoria da terra que é a terra de gerais. Porque a terra de gerais ela não é a terra da caatinga. Ela tem diferença, entendeu? (...) Porque... que a aroeira não nasce lá nos gerais. Cê só vai encontrar aroeira lá na caatinga. Tá veno... então (...) então o geraizeiro é a pessoa que conhece dessas coisas (informação verbal).¹¹

¹¹Relato oral feito na pré-conferência geraizeira, em Cabeceira de Macaúba, município de Novorizonte-MG, Alto Rio Pardo de Minas, nos dias 25 e 26 de maio de 2013.

Com essas palavras, o Sr. Adão define geraizeiro como o povo que compreende o ecossistema dos gerais, não só no sentido de conhecer, mas também de ter uma sociabilidade marcada pela vida nos gerais. É bastante significativa a ideia de compreender a teoria da terra como se a terra guardasse um segredo que pudesse ser desvendado por aqueles que foram “temperados” naquele

sistema. Sendo assim, ela somente se dá a conhecer por quem se dispõe a desvendar seus segredos, o que pode levar muito tempo. Daí a noção de que se a pessoa não fizer uma boa leitura dos gerais, isso pode conduzir a caminhos indesejáveis. Somente o geraizeiro é quem tem esse dom.

Embora essa palavra geraizeiro tivesse já um sentido comumente partilhado entre o povo do norte de Minas, ela só começa a efetivamente ter sentido a partir do confronto com aquilo que a modernização conservadora representou. E, de uma forma geral, a chegada da monocultura de eucalipto significou para eles a alteração do modo de vida das comunidades tradicionais, pela limitação de práticas que eles tinham há muitos anos, como a coleta de frutos do cerrado, a criação de gado *na solta* e a utilização comunal das terras devolutas. Essas terras foram transformadas em terras ocupadas pelas empresas, formando-se grandes latifúndios e, não muito menos frequente, a grilagem de terras.

O termo geraizeiro, que, a propósito, ganha agora uma conotação política como o “movimento dos geraizeiros”, antes era empregado pejorativamente. O termo teve origem, segundo relatos explicitados no documentário *Cacunda de Librina* (DAYRELL, 2007), a partir dos povos *caatingueiros* que apelidaram os povos dos gerais, de *geraizeiros*, *cacunda de librina*, referindo-se à presença constante de neblina, característica nas regiões do cerrado do norte de Minas.

Em função da necessidade de se organizar para lutar pela terra e enfrentar as empresas de monocultura de eucalipto, os geraizeiros passaram a sentir a importância de definir a sua identidade, ou melhor, resgatá-la. É o que fala Sr. Osvando:

Na verdade, essa região nossa aqui é chamada de gerais, né? É às vezes o pessoal ainda não conhecia a identidades deles, sabe? Que somos nós. Nós não conhecia, sabe? Falava gerais, gerais, mas não tinha essa identidade, sabe? Então a gente

tamo trabalhando pra que faça essa identidade ela tem que funcionar. Ela tem que valer, sabe? É desde dos anos setenta e oitenta o pessoal comentava nos geraizeiros... (informação verbal).¹²

¹² Entrevista realizada em 7 de julho de 2013. Grupo focal. Comunidade de Cabeceira de Macaúba, município de Novorizonte.

Num primeiro momento, eles se organizaram em função da grilagem de suas terras, não levantando ainda a bandeira de geraizeiros. A partir da organização de suas lutas, tomaram conhecimento de outros problemas vivenciados por outras comunidades; problemas que vão se complexificando ainda mais com a chegada de empresas de mineração que também passaram a disputar terras na região do Alto do Rio Pardo, no intuito de explorarem as jazidas de ferro presentes na região.

UM CONFLITO: A GRILAGEM DE TERRAS

A ocupação fundiária nos entornos da região da bacia do Alto Rio Pardo remonta ao período da colônia, com a abertura de caminhos pelos tropeiros. Nesse processo lento de ocupação do norte mineiro, as comunidades tradicionais foram se constituindo. Na região do Alto Rio Pardo, essas comunidades apresentam uma forte relação com o domínio socioambiental do cerrado. Em recente trabalho, Isabel Brito faz uma definição acerca da organização dos geraizeiros do Alto Rio Pardo. A sua descrição é bastante esclarecedora, vejamos:

Os geraizeiros da região de Rio Pardo de Minas constituem comunidades rurais agroextrativistas-pastoris que estruturaram seu modo de vida nos domínios do Cerrado em contato com a Caatinga. Eles sofrem com o processo contínuo de expropriação das suas terras. À medida da necessidade de expansão do capitalismo para apropriação dos recursos naturais eles são restringidos ou expulsos de suas áreas (BRITO, 2012, p. 3).

Nos anos 1970, em plena Ditadura Militar, a ocupação do solo começa a ser intermediada pelo governo estadual. Entrávamos num período, cuja marca política foi a ideologia da interiorização, ou mais precisamente a política de ocupação dos “vazios” territoriais brasileiro¹³. Esse é o contexto da implantação da monocultura do eucalipto na região do Alto do Rio Pardo.

Essa ocupação não se fez sem abrir uma nova miríade de conflitos. O primeiro deles se deu em função da própria introdução de uma cultura exógena, o eucalipto. A partir dessa implantação, os geraizeiros tiveram de alterar também o seu *modus vivendi*, já que a chegada da grande plantação implicava novas formas de circular (caminhões, tratores) e novas relações socioculturais, marcadas pela presença da empresa reflorestadora, além da circulação de trabalhadores rurais e até dos agentes do Estado.

Essa nova dinâmica fundiária capitaneada pelo Estado constituiu uma situação adequada para a ação inescrupulosa de grupos que passaram a atuar na região. Utilizando-se de recursos inidôneos, esses grupos passaram a se apropriar das terras públicas, além de subtrair de forma fraudulenta as terras pertencentes aos geraizeiros. Mais claramente, nesse contexto, esses agentes passaram a realizar processos de grilagem de terras, incorporando vastas extensões de terras região do Alto Rio Pardo.

Um relato da Comissão Pastoral da Terra situa-nos a respeito da questão:

Na madrugada do último sábado, 7/4 [2012] cerca de 70 famílias das comunidades Geraizeiras de Cabeceira do Macaúba, Cutica, Morrinhos, Buracão, Martinópolis, Entroncamento e Laginha, dos Municípios de Fruta de Leite e Novorizonte, Região Norte do Estado de Minas Gerais, retomaram parte de seu território tradicional, ocupando uma área de carvoejamento da empresa Siderúrgica União S. A. (...). A maior parte do território tradicional destas comunidades é composta por terras devolutas que, na década

¹³ Francisco Oliveira faz uma importante análise desse contexto, considerando sobretudo a ocupação da Amazônia nos anos de 1970, com a consequente deslocamento de populações do Nordeste para servirem de mão-de-obra (OLIVEIRA, 1981).

de 70, foram tomadas dos geraizeiros pelo Governo do Estado de Minas Gerais e repassadas à empresa Florestaminas para o cultivo da monocultura de eucalipto, por meio da celebração de contratos de arrendamento (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2012).

Conforme relato, as famílias prejudicadas constituíram o denominado “movimento dos geraizeiros” a partir daquele movimento de ocupação e passaram a questionar judicialmente o processo de grilagem do qual foram vítimas.

Em nossa pesquisa, tivemos a oportunidade de levantar diversos conflitos envolvendo as áreas de reflorestamento de eucalipto e pinus na região do Alto do Rio Pardo. Existem comunidades que reocuparam a terra que lhes foi expropriada e já se encontram assentadas (Vale do Guará, município de Montezuma-MG). Existem terras devolutas que estão sendo ocupadas, já que as comunidades tradicionais as reivindicam para fins de reforma agrária e de constituição de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Há também terras que sofreram o processo de grilagem por parte de empresas e agentes do próprio Estado. Num desses processos, encontramos as comunidades que foram atingidas pela ação de grilagem que tem a empresa Destilaria Meneghetti como principal acusada. No processo de grilagem, essa empresa transferiu as áreas em questão para outras empresas. As famílias reclamaram na Justiça o fato de terem sido induzidas por agentes da própria Polícia Militar Ambiental a assinarem documentação que, *a posteriori*, foi utilizada para a incorporação de terras devolutas e também frações de terras pertencentes às famílias. A empresa adquiriu pequenas extensões de terra na região e, de posse das assinaturas coletadas, providenciou, junto aos Cartórios de Salinas-MG e Rio Pardo de Minas-MG, a retificação administrativa – para cima – de sua área, amealhando, dessa forma, uma área aproximada de 26.500 hectares de terras públicas.

Para fazerem valer seus direitos, os atingidos se organizaram e fizeram um acampamento em uma das áreas em litígio, ficando lá por cerca de quatro meses. Nesse acampamento, as mulheres tiveram um papel fundamental assegurando a permanência da ocupação, enquanto alguns maridos tinham que se ausentar para trabalhar em suas lavouras.

Concentramo-nos no processo que deu origem à organização do “Movimento dos Geraizeiros” contra a grilagem da empresa mencionada. O conflito chegou à situação mais tensa entre abril e agosto de 2012, por ocasião do acampamento das famílias.

Outro momento bastante tenso do conflito se deu após as famílias desocuparem a área e o embargo dos bens dos envolvidos. Todavia, mesmo com decisão desfavorável, as empresas continuaram suas atividades produzindo carvão nas proximidades da comunidade de Campo Verde, município de Novorizonte-MG. As empresas, com o apoio de vereadores daquela cidade, iniciaram uma ação de demarcação das áreas em litígio para efeito de loteamento. Os lotes foram cercados, ocupando-se precisamente a área que estava sendo demandada pelas comunidades tradicionais. Os geraizeiros, ao saberem do acontecimento, foram ao local para impedir a ação e, ao lá chegarem, foram alvejados por foguetes e pedradas atiradas por pessoas que, segundo informaram, foram contratadas pelos políticos locais. Aqueles que ficaram desempregados em função do embargo judicial, acabaram se voltando contra o movimento dos geraizeiros. Por sorte não houve vítimas fatais, apesar de muitos terem sido alvejados por pedras e até tiros terem sido disparados a esmo.

UMA QUESTÃO CONCEITUAL SOBRE A IDENTIDADE GERAIZEIRA

Em nossos levantamentos bibliográficos constatamos que a maioria das pesquisas que abordam os geraizeiros opta pelo foco etnográfico (NOGUEIRA, 2009; OLIVEIRA, 2005) como forma

de enfatizar o viés das comunidades tradicionais como sujeitos de direitos específicos.

Em que pese a necessidade de se destacar essa característica, consideramos ainda a relevância conceitual de se conduzir uma discussão em torno do campesinato e ir além dele.

ENTRE AS SIMILARIDADES E AS PARTICULARIDADES

Os processos que implicam na intensificação das ações capitalistas conduzem ao desterramento de comunidades. Nisso, há similitudes entre o que acontece com os geraizeiros, os vazanteiros, veredeiros e mesmo os camponeses transformados em trabalhadores rurais sem terra de diversos lugares do Brasil, muitos dos quais foram forçados ao deslocamento em direção às regiões mais industrializadas, e, mais recentemente, para regiões da fronteira agrícola, com a predominância do agronegócio. Trata-se de uma condição que afetou as comunidades tradicionais desde os primeiros momentos da organização social capitalista. Assim, como os registros históricos nos indicam, na fase de acumulação primitiva de capital, o capitalismo forçou a derrubada das propriedades comunais.

Existe um tipo de abordagem no campo das ciências sociais que privilegia o enfoque microsociológico, tendendo a compreender o particular como entidade que pode ser explicada sem a devida conexão com as dimensões macroestruturais. Nesse sentido é que orienta-se uma perspectiva multiculturalista de abordagem dos movimentos sociais, cujo enfoque coloca inclusive a inadequação, quando não dizer, impossibilidade da conexão entre as pautas dos diferentes movimentos sociais. A vantagem dessa abordagem é perceber que o mundo está em movimento, a despeito de algumas teorias muito em voga nos anos de 1990 apontarem o fim da história¹⁴. Para resolver o impasse entre vantagens e o erro da abordagem particularista, Santos (2010) sugere a necessidade de se perceber os movimentos

¹⁴ Anderson (1992) apresenta uma discussão acerca daquilo que Fukuyama (1992) denominou de “fim da história”. O autor considera os propósitos ideológicos de tal afirmativa, sobretudo no contexto do neoliberalismo.

sociais não mais pelo prisma dos modelos do norte, ou seja, das organizações de clivagem europeia. Há que se considerar também a característica pós-colonialista dos movimentos sociais no contexto do novo milênio indicando a mudança de paradigma com relação aos movimentos sociais. A nova postura implica uma miríade de demandas, postulando, além do mais, outras matrizes discursivas para além daquelas que pautavam os movimentos até os anos 2000. Nesse aspecto, a vitalidade de movimentos sociais vem indicar que a história está em movimento. Assim é que podemos compreender o surgimento de novas demandas quanto ao uso da terra, trazidas pelas comunidades tradicionais.

Não obstante, há também problemas nessa perspectiva. Um deles é ater-se às particularidades. No caso dos geraizeiros, há particularidades e similitudes. As particularidades se referem à peculiaridade da luta dos povos do cerrado e suas demandas políticas. Sem considerar esse aspecto, a análise corre o risco de cair na pura descrição etnográfica, o que, apesar de toda a validade que tal descrição possa ter, não capta a dimensão efetiva da luta que ora emerge num confronto com a lógica capitalista da monocultura e, mais recentemente, contra as atividades mineradoras. Com efeito, no momento em que se apresentam na cena pública, portando suas bandeiras, os geraizeiros estão buscando afirmar a sua identidade ou sua particularidade que foi ameaçada pelo processo de acumulação capitalista. O processo que cindiu as identidades veio de uma dinâmica externa, implicando em ameaças, espoliação e algum grau de violência. Assim foi com relação à monocultura de eucalipto e pinus e tende a se reforçar com a chegada de empresas de mineração. Esse problema já vem sendo denunciado pelas comunidades geraizeiras.

O problema está em tomar o particular como se fosse o exclusivo. Entendemos que a dinâmica da acumulação capitalista coloca diversas comunidades em situação de esfacelamento. Nesse ponto, tem-se a similitude de situações de diversas comunidades tradicionais. Destarte, as condições que se apresentaram para a gênese da questão geraizeira formam as condições que levaram,

em outros lugares ou até na própria região estudada, à degradação aviltante do ser humano, impondo condições desumanas de trabalho, como nas carvoarias; ou a emigração, como forma de sobreviver; além da escassez de água que tem sido diretamente associada à chegada do eucalipto. Essas condições estão presentes nos relatos que coletamos nas comunidades entrevistadas. Dona Zina, por exemplo, diz que o que a levou à indignação foi presenciar o drama de uma senhora que não tinha água para a lida diária.

O dia que eu assustei.(...) eu fui na casa de uma velhinha de idade e ela... ela mora abaixo de mim, né? Eu tenho uma água que ela nunca tinha secado e ela nunca secô. Aí quando eu cheguei lá, o sofrimento daquela velhinha era tanto que ela pegava a água numa cacimba. Ela pegava... ela segurava numa corda aqui e ela enchia cum copim uma latinha de cinco litro de querosene de água... pra vivê. E mode esses eucalipto, né? Aí quando eu vi aquela história daquela velhinha, eu falei assim óh tchu [expressão usual da região], mas ocê pega essa latinha de água agora de manhã e num ficô nada, e depois? Não Zina, vai juntar uma latinha de água aqui pra tarde mas é pra cumade Maria, que essa de cedo é minha, a de de tarde é dela. Eu falei: mas como ocê... como faz com uma latinha de cinco litro de água? Ela falô assim: eu faço o que Deus querê porque num tem jeito... (informação verbal).¹⁵

¹⁵ Entrevista realizada na comunidade de Martinópolis, em 6 de junho de 2013, grupo focal.

Aqui, diferentemente de uma ideia quase romântica sobre o geraizeiro, temos o drama de quem sente na pele um problema como a falta de água. Sob o impacto da situação aviltante, Dona Zina percebe que é necessário agir. E assim ela encontra o geraizeiro dentro de si, como algo que carregava, mas não fazia sentido, ou pelo menos não importava. A dimensão da identidade geraizeira vem como caminho possível para enfrentar um modelo nefasto de intervenção na natureza, que é a monocultura, na visão daquela comunidade. Ao se reelaborar o sentido de ser

geraizeiro, abre-se o campo da política dos movimentos sociais. Sentir-se geraizeiro é olhar-se no espelho e ver a si mesmo (especificidade) e, ao mesmo tempo ver o outro que também é geraizeiro, que enfrenta problemas parecidos e participa de um mundo de relações socioculturais que ele também identifica como seus. Por vezes também ele se reconhece como sujeito ao perceber também outras situações ou pessoas que, embora não sendo geraizeiras, vivem dilemas próximos (similitudes)¹⁶. Por isso a importância dos momentos de partilha que são parte elementar dos encontros promovidos pelos movimentos sociais do campo. Esse é um momento em que a palavra é franqueada a todos os participantes para exporem seus dilemas relacionados à luta pela terra.

Logo, a questão política passa pela concepção de duas ações. A primeira, o reconhecimento das especificidades dos geraizeiros. A segunda, pela comunicação de suas demandas com demandas de outras comunidades e outros movimentos.

A primeira remete à condição vital, sem a qual o movimento não pode lutar, já que diz respeito à própria condição de ser, a sua identidade. Para tanto, precisam de uma mística; precisam refazer os caminhos esquecidos, conforme relata Nogueira (2009, p. 159).

Com a implantação dos maciços de eucalipto nos gerais, não só os Geraizeiros foram impedidos de circular livremente nesse espaço, como viram ser destruído todo um conjunto de referências fundamentais ao mapa cognitivo que tinham elaborado sobre essa paisagem, que foi profunda e bruscamente alterada em poucos anos. Referências físicas, dadas no espaço e sinalizadoras de caminhos, tempos e recursos, que permitiam aos Geraizeiros uma leitura fluida da paisagem foram literalmente eliminadas. A substituição, em larga escala, da mata nativa pelas quadras de eucalipto apagou as linhas dessa escritura.

¹⁶ A própria Dona Zina é um exemplo dessa dimensão. Ao descobrir a causa dos geraizeiros, a partir daquele dilema inicial, ela passou a ter contato com outros movimentos como a Marcha das Margaridas que agrega as mulheres camponesas, além de também participar da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Essas trilhas só podem ser novamente refeitas a partir da ação política dos geraizeiros. Agora eles precisam realizar ações contundentes como forma de confrontar a lógica da economia hegemônica. Ocupar áreas devolutas e sedes das empresas, destruir fornos, impedir a progressão das máquinas, são algumas das ações utilizadas. Eles descreem nos agentes do Estado, que deveriam defendê-los das ameaças das empresas.

E é nesse aspecto que a dimensão da similitude é importante também. Nos nossos primeiros contatos com as comunidades prejudicadas pela ação de grilagem, percebemos que eles se encontravam sozinhos em suas ações. No entanto, havia outros geraizeiros. Verificamos diversas lutas sendo travadas somente na região do Alto do Rio Pardo. Algumas comunidades já mais avançadas na luta pelos direitos, outras começando agora. Com o passar dos tempos, só nesse curto espaço de tempo que estivemos pesquisando, já constatamos algumas medidas para formação de uma rede geraizeira. Há também outras comunidades nacionais passando por problemas similares.

Então, é pela busca da similitude que o movimento começa a ganhar mais força. É por esse caminho que os geraizeiros se comunicam com o Movimento dos Atingidos por Barragens e pela mineração que atuam também na região, se fazendo múltiplos, todavia sem perder a sua identidade.

O QUE A MONOCULTURA REPRESENTA PARA OS GERAIZEIROS?

Simbolicamente, a monocultura representa a ordem e a disciplina, a imposição do UM contra a diversidade. O plantio em fileira lembra um exército perfilado.

Shiva (2003) nos apresenta uma discussão acerca da relação entre monocultura e as formas de dominação que estão, muitas vezes, associadas às formas de poder autoritário. A monocultura, lembra a autora, representa a forma de um domínio que não permite a diversidade.

(...) as monoculturas ocupam primeiramente a mente e depois são transferidas para o solo. As monoculturas mentais geram modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam a destruição como progresso, crescimento e melhoria. Segundo a perspectiva da mentalidade monocultural, a produtividade e as safras parecem aumentar quando a diversidade é eliminada e substituída pela uniformidade. (...) as monoculturas disseminam-se não por aumentarem a produção, mas por aumentarem o controle. A expansão das monoculturas tem mais a ver com política e poder do que com sistemas de enriquecimento e melhoria da produção biológica (SHIVA, 2003, p. 17).

Uniformidade imposta pelo mercado, mas que contraria os processos naturais¹⁷.

Uniformidade na floresta é uma exigência dos mercados centralizados e da indústria centralizada. No entanto, a uniformidade é contrária aos processos da natureza. A transformação de florestas naturais mistas em monoculturas uniformes permite a entrada direta do sol e das chuvas tropicais; o sol resseca os solos com o seu calor, as chuvas arrancam a camada superior fértil do solo. Menos umidade é razão de um rápido retrocesso das regiões florestais. Os incêndios recentes de Kalimantan estão intimamente relacionados com a aridização provocada pela conversão de florestas úmidas em plantações de eucaliptos e acácias. Inundações e secas são criadas onde antigamente a floresta tropical amortecia o impacto das chuvas (SHIVA, 2003, p. 69).

Símbolo do UM, o poder único. Lembramos ainda a discussão que Pierre Clastres conduz ao analisar o poder nas sociedades tribais, que rejeitam o poder do UM (ou mono) já que vêem nele um elemento capaz de destruir toda a harmonia

¹⁷ Mazzetto (2011), na mesma linha, considera que os ecossistemas complexos têm sido transformados em agroecossistemas simplificados.

milenarmente conquistada dentro da tribo. Percebem nele a origem do despotismo. Para evitarem o risco desse domínio, as tribos geralmente estruturam-se de forma a rejeitar o poder do Estado. Não são sociedades simplesmente com ausência de Estado. Mais do que isso: são sociedades contra o Estado.

Essa caracterização antropológica e filosófica apresentada por Shiva (2003) e Clastres (2012) indica a própria artificialidade do *mono*. Seja num sentido político, seja no sentido do meio-ambiente, o *mono* torna-se um entrave à diversidade, à própria democracia.

No processo de imposição de saberes, o saber local, ou seja, das culturas das comunidades tradicionais, é tomado como um saber “primitivo” e “anticientífico”. Feita essa imposição, o passo seguinte é entronizar tal perspectiva aos próprios sistemas de saber tradicionais, passando a ideia de que a modernização, via monocultura, é a única alternativa.

A linearidade fragmentada do saber dominante rompe as integrações entre os sistemas. O saber local resvala pelas rachaduras da fragmentação. É eclipsado com o mundo ao qual está ligado. Desse modo, o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante a monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva à substituição e destruição da diversidade local. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas (...) (SHIVA, 2003, p. 25).

O geraizeiro capta essa artificialidade apresentada por Shiva (2003). E com efeito, esse processo de compreensão dos geraizeiros com relação a essa artificialidade foi se constituindo lentamente. Primeiro, veio o vislumbre. Assim, alguns dos entrevistados enfatizaram a própria expectativa que a chegada do eucalipto trouxe. Assim expressa o senhor Osvando:

A gente num tinha um conhecimento geral que nas cidades. Todo mundo... o pessoal tudo achou bom... sabe? Até porque a maioria das pessoas nas roça achava até bonito de ver um trator com correntão arrastando, quebrando, sabe? O pessoal achava que ia ser muito bom. Teve pessoas que perdia aí e não achava as estrada mais, sabe? (...) Até que eu lembro até hoje daquele padre lá o Frei Cornélio [que] falou lá em Campo Verde: vocês tá vendo esse jardim aí bonitinho, tudo verdinho? Agora tá muito bonito, tá um paraíso, mas no final, no futuro, vai trazer a desgraça e a miséria pra região. Foi certinho. O que foi de água acabando na região não foi pouco. Muita gente foi obrigada a mudar das suas propriedades pra os seus povoados por falta de água, sabe? Então, todo mundo achava que naquele tempo o progresso tava vindo pra deslanchar e que ia mudar a situação de todo mundo. E que na verdade não foi, sabe? Foi o que Frei Cornélio falou: eles no momento agora que tá plantado de novinho – O eucalipto quando ele tá novinho ele é bonito demais, (...). No momento agora tá um jardim, tá um paraíso, mas depois vocês vão ver a desgraça que vai acontecer. E foi certinho, sabe? Ele foi falando, daí mais uns dez anos já começou a faltar chuva, com pouco já veio as erosão... (informação verbal).¹⁸

¹⁸ Grupo focal. Entrevista realizada no dia 7 de julho de 2013, na comunidade de Cabeceira de Macaúbas, município de Novorizonte-MG.

Depois as contradições foram surgindo. Passados os anos, as populações, encurraladas pelos maciços de eucalipto, começaram a perceber os primeiros problemas relacionados àquela cultura. Alguns relatam o esgotamento dos mananciais de água e as dificuldades de praticar a agricultura, já que todo tipo de praga vem atacar suas lavouras. Eles identificavam a diversidade do cerrado como uma forma equilibrada para recuperar as áreas degradadas, saída que se aproxima muito das considerações de Shiva (2003): o futuro passa necessariamente pela recuperação da diversidade. Sem diversidade não há futuro.

CONCLUSÃO

A pesquisa abre inúmeras perspectivas para novos estudos. Contamos aqui um pouco dos acontecimentos relativos à organização geraizeira das comunidades mencionadas. Hoje os geraizeiros já estão buscando a formação de uma “rede geraizeira”, articulando as diversas lutas do norte de Minas, ou mais especificamente as lutas na região do Alto do Rio Pardo. Para que essa articulação seja concretizada algumas reuniões foram realizadas, além de uma pré-conferência realizada, nos dias 25 e 26 de maio de 2013, e da IV Conferência Geraizeira, realizada em setembro de 2014.

Algumas batalhas estão sendo ainda travadas. No espaço de tempo que compreende do início de nossa pesquisa aos dias atuais, percebe-se uma articulação cada vez maior em torno das demandas dos geraizeiros. De início, mesmo antes da organização que descrevemos no escopo deste texto, algumas comunidades iniciaram mobilizações para a constituição de uma reserva extrativista (RDS) no Alto do Rio Pardo. Diversas ações foram organizadas, tais como a ocupação de uma área nas proximidades do município de Montezuma-MG, além da realização de barreiras para obstrução do trabalho de máquinas agrícolas que ameaçavam derrubar uma área de preservação, além de uma greve de fome e sede em Brasília, no início do ano de 2014. Em função dessas ações, o movimento conseguiu uma importante vitória que foi a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – Nascentes Geraizeiras, localizada nos municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo (BRASIL, 2014). Outras frentes de lutas ainda estão sendo projetadas e os geraizeiros sentem que é preciso lançar mão de ações mais contundentes para serem efetivamente ouvidos. Há também derrotas e contra-ataques vindos de diversos meios: da própria comunidade, por quem os geraizeiros são vistos como os causadores do desemprego de algumas pessoas; da imprensa,

que não noticia suas lutas; da polícia que reprime os geraizeiros e, quando são chamados para protegerem-nos, não os atendem; dos políticos locais que resolveram apoiar as empresas reflorestadoras e dos sindicatos de trabalhadores rurais, que também não se pronunciam em favor das suas demandas.

Por ora, não estamos em vias de proporcionar uma conclusão sobre o “Movimento dos Geraizeiros”, sobretudo porque ele ainda está em construção. Verificamos que as comunidades vão se tornando mais geraizeiras à medida que se organizam. Essa é a maneira como percebem a possibilidade de vitórias perante o poderio das empresas aliadas aos agentes do Estado. Dessa forma, sentem que ao se identificarem como geraizeiros, se tornam mais fortes, além de definir uma postura perante o meio ambiente, em defesa da água e de uma forma de produção alternativa.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. *O fim da história – De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Sistema de Informações Territoriais – SIT*. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br>. Acessado em: 24 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Decreto de 13 de outubro de 2014*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/dsn/dsn14016.htm. <http://sit.mda.gov.br>. Acessado em: 09 jan. 2014.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. A rede-movimento social dos geraizeiros do Norte de Minas. *VI Encontro Nacional da Anppas*, realizado em Belém do Pará, de 18 a 21 de setembro de 2012. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT2-1286-1051-20120702133233.pdf>. Acessado em 24 jan. 2013.

- BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. *Comunidade, território e complexo florestal industrial: o caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2006.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CLASTRES, Pierre. *Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Comemoremos! Movimento Geraizeiro faz retomada de seu território tradicional*. Disponível em: http://www.cptba.org.br/joomla15/index.php?option=com_content&view=article&id=795:comemorem-os-movimento-geraizeiro-faz-retomada-de-seu-territorio-tradicional&catid=8:noticias-recentes&Itemid=6.
- COSTA, Emília Viotti. Política de terras nos Estados Unidos e no Brasil. In: COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999. Cap. 4, p. 169-193.
- DAYRELL, Carlos. *Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais*. Dissertação (Maestria em Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible) – Universidade Internacional de Andalucia, Sede Ibero Americana de La Rábida, Huelva, Espanha, 1998.
- DAYRELL, Carlos. Rebeldia nos sertões. *Agriculturas*, v. 8, n. 4, p. 10-14, dez. 2011.
- DAYRELL, Luciano. *Cacunda di Librina*. Montes Claros-MG: Centro de Agricultura Alternativa – Norte de Minas. 2007. DVD. 31 minutos.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Ícone, 1985.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GRAMSCI, Antônio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. Problemas de la sociologia rural. In: LEFEBVRE, Henri. *De lo Rural a lo urbano*. Barcelona, Espanha: Ediciones Península, 1975. (cap. I), p. 19-38.
- MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. *Estratégias de rua: manifestações político-sindicais do Sindicato dos Bancários na Praça Sete de Belo Horizonte*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARTINS, José de Souza. *Cativeiro da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MAZZETTO, Carlos Eduardo Silva. *Monocultura e conflito socioambiental*. 2011. Disponível em: conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br. Acessado em: 15 ago. 2013.
- NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre os Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, 2009.
- OLIVEIRA, Cláudia Luz de. *Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. Anos 70: as Hostes Errantes. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 1, p. 20-25, dez. 1981.
- PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do rio sem dono*. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.
- PRADO JR., Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente*. São Paulo: Gaia, 2003.

SINGER, Paul. Agricultura e desenvolvimento econômico. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (orgs.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

FABIANO ROSA DE MAGALHÃES – Professor de Sociologia do IFNMG – Campus Araçuaí. <fabiano.magalhaes@ifnmg.edu.br>

ROGÉRIO ALVES DE AMORIM – Mestre de Edificações e Infraestrutura do IFNMG – Campus Salinas, Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Universidade Estadual de Santa Cruz – BA. <rogerio.alves@ifnmg.edu.br>